

A participação popular é uma ferramenta histórica de construção do Sistema Único de Saúde no Brasil cuja origem remete aos movimentos populares e sociais em luta pela saúde nos territórios e redemocratização em um dos períodos mais sombrio de nosso país. E hoje, como se dá essa participação?

De início podemos apontar importantes questões que emergem deste debate: A pauta e a representação dos conselhos e das conferências de saúde contemplam as reivindicações da classe trabalhadora, seja esta das cidades, do campo, das florestas, das águas? A participação popular nesses espaços de decisão sobre políticas de saúde é efetiva? Há de fato uma participação popular na saúde? Ainda vivenciamos nas conferências de saúde o fantasma da classe trabalhadora ausente, como afirmaram estudiosos históricos da 8ª conferência Nacional de Saúde?

Ressalta-se que para ampliar a participação popular nas conferências de saúde, desde 2023, com a realização da 17ª Conferência Nacional de Saúde, o Conselho Nacional de Saúde propôs a realização de Conferências Livres de Saúde, no intuito de dar voz aqueles que não têm assento nos espaços formais dos Conselhos de Saúde.

Em número de 05 (cinco), realizadas em 1986, 1994, 2005, 2014 e agora 2025, com hiato de tempo bem grande entre cada uma, as Conferências de Saúde do Trabalhador, para os que apostavam ou ainda apostam na transformação pela institucionalidade, configuram-se em espaços estratégicos de formulação de propostas enquanto espaço contraditório e de conflitos, onde diferentes interesses estão em disputa.

Sabemos que o formato que vem se dando necessita de um debate amplo. Percebem-se em diversas Conferências a manipulação de gestores, com rebaixamento da participação popular tão somente à realização de eventos fechados e burocráticos com o propósito apenas de cumprir as formalidades previstas nas legislações do SUS.

Em alguns municípios e estados observa-se a pouca ou quase nenhuma divulgação para a população, para trabalhadoras e trabalhadores e movimentos sociais, apostando no esvaziamento e em conferência apenas “para conselheiros” e o amortecimento, cooptação, constrangimento e a falta de respeito às deliberações das Conferências de Saúde.

Como consequência das profundas mudanças no mundo do trabalho, convivemos hoje com um baixo nível de mobilização das organizações de classe que repercute nas estruturas de controle social, onde a representação dos trabalhadores é pouco efetiva para garantir nos conselhos a inclusão e priorização de ações de atenção em saúde do trabalhador nos planos estaduais e municipais de saúde.

Não são poucos os limites que se colocam no dia-a-dia da efetividade prática do controle social ou dos conselhos municipais e gestores, além daqueles problemas mais gerais situados no contexto da falta de informação, preparação e condições para a participação e democracia.

Daí advém à importância das Conferências Livres de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, ou seja, livre da burocracia, da manipulação, cooptação e pressão do capital. As conferências livres são instrumentos de participação popular em saúde, fortalecendo a democracia e ampliando as vozes dos territórios na formulação de políticas públicas que muitas vezes não reverbera nas estruturas formais dos conselhos e conferências de saúde.

Nesta direção, a Conferência Livre Nacional “Precarização e Direitos Humanos: como garantir o direito à saúde das Trabalhadoras e Trabalhadores informais e precarizados” foi concretizada através de uma grande plenária aberta presencial e virtual com participação dos movimentos organizados de trabalhadores/as, sindicatos e coletivos de trabalhadores/as informais, precarizados, plataformizados, reunindo 348 participantes, compostos por representantes de movimentos sociais, ativistas, profissionais da saúde e pesquisadores, na data de 29 de abril de 2025, das 9h às 18h, com participação presencial na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), no Campus Manguinhos da Fiocruz, Rio de Janeiro, e remota pela plataforma Zoom.

A construção da Conferência contou desde o início com o protagonismo de movimentos organizados de camelôs, ambulantes, e trabalhadores plataformizados (como entregadores por aplicativo), cuidadores e outros trabalhadores formais e informais em condições precárias. A participação desses movimentos foi central para criar um espaço de debate onde pudessem apresentar suas propostas, representando um importante passo para que estes venham ser reconhecidos formalmente como trabalhadores/as, pois muitas vezes são invisibilizados na rede de atenção a saúde. Sofrem acidentes, mas não são registrados, sofrem com a exposição ao sol e chuva, violência urbana, esforço físico e repetitivo, posturas incômodas e fatigantes, ou seja, sofrem desgaste físico, psíquico e social, mas não são vistos como trabalhadoras e trabalhadores de direitos.

Ressalta-se que, a organização do evento estabeleceu que apenas trabalhadores/as precarizados e informais poderiam ser eleitos delegados. Também coube a esses movimentos a redação de todas as diretrizes e propostas que seriam submetidas à votação na plenária e encaminhadas a Brasília, sendo todas aprovadas na 5 CNSTT.

Os espaços das Conferências Livres têm, portanto, a responsabilidade de garantir a participação, a mobilização e a ausculta das trabalhadoras e dos trabalhadores. Neste sentido, as vozes que, historicamente tem pouca ou nenhuma representação nos conselhos de saúde, como as trabalhadoras e os trabalhadores informais e precarizados, precisam ser ecoadas. Quais as necessidades e reivindicações acerca das políticas públicas de Saúde do Trabalhador que esse grupo sente. verbaliza e urae que sejam atendidas?